

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ –SEED
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

NILCE MARTINS MIKA

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE
MELHORIA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM:
DO DISCURSO PARA UMA PRÁTICA EFETIVA**

PONTA GROSSA

2008

NILCE MARTINS MIKA

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE
MELHORIA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM:
DO DISCURSO PARA UMA PRÁTICA EFETIVA**

**Artigo apresentado como Trabalho Final ao
Programa de Desenvolvimento Educacional,
da Secretaria de Estado de Educação do
Paraná , em parceria com a Universidade
Estadual de Ponta Grossa.**

**Orientadora: Profª Ms Maria José Bastos
Martins**

PONTA GROSSA

2008

AGRADECIMENTOS

Á Deus, por ter-nos dado força para vencer obstáculos, por ter-nos feito fortes, não permitindo que o cansaço nos dominasse, e se conseguimos chegar a este ideal, mais do que a todo mundo, devemos ao Senhor.

Á Secretaria Estadual de Educação do Paraná, pelo reconhecimento e valorização do nosso trabalho, oportunizando-nos mais este desafio de participar do Programa de Desenvolvimento Educacional, contribuindo com a nossa atualização e formação profissional.

Á Universidade Estadual de Ponta Grossa, que juntamente com seus mestres nos acolheram e contribuíram para o aprimoramento dos nossos conhecimentos...

Em especial à nossa Orientadora Professora e Mestre Maria José Bastos Martins, que com sua dedicação, esforço e competência nos encaminhou, orientando e apoiando-nos nesse trabalho.

Ao Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen - direção, professores e funcionários pelo apoio e incentivo nesta caminhada.

Á minha família, meu esposo Paulo Sergio Mika e meus filhos ria Paula Martins Mika e João Paulo Martins Mika, pela compreensão, apoio e estímulo dia após dia, contribuindo para a realização deste trabalho.

RESUMO

O artigo apresenta reflexões sobre a avaliação, compreendida no contexto, da prática escolar e como prática a nível de sistema organizacional. A avaliação é um assunto polêmico e complexo, por não ser neutra vem sendo questionada ao longo dos tempos sobre qual a melhor forma de se avaliar e que instrumentos são mais eficazes para favorecer a aprendizagem dos alunos. Um instrumento capaz de contribuir com a análise e as reflexões propostas pela concepção que o subsidia é, sem dúvida, a avaliação institucional, implantada pelo atual governo do Estado do Paraná, em 2005, com o objetivo de conhecer a realidade escolar e assim favorecer a efetividade do processo ensino-aprendizagem. Portanto, é necessário distinguirmos a avaliação escolar da avaliação institucional e de que forma se articulam dentro do processo educativo e beneficiam o ensino e a aprendizagem do aluno em sala de aula. Com a finalidade de provocarmos uma reflexão mais profunda acerca desta temática e suas implicações no contexto escolar, apontamos a necessidade de mudarmos de uma prática discursiva para uma prática efetiva, contribuindo para um repensar do fazer pedagógico, efetivando um plano de trabalho que promova de fato, a melhoria do processo educativo, refletindo numa aprendizagem mais significativa e de qualidade para o nosso aluno.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Avaliação escolar. Processo ensino-aprendizagem

ABSTRACT

The article presents reflections about evaluation, understood in the context, of the school practice and as an organizational system practice. The evaluation is a controversial and complex subject, and it is not neutral, it has been questioned about what is the Best form to evaluating and what instruments are more efficient to promote the pupils' learning. An instrument avails to contribute with the analysis and the reflections proposed by conception that subsidizes it is, without doubt, the institutional evaluation, implanted for the current government of Paraná, in 2005, with the goal to know the school reality and promote the teach-learning process. Therefore, it is necessary to distinguish the school evaluation from the institutional evaluation one and how they articulate each other in educative process and how they improve the pupil's learning in the classroom. With the purpose to cause a deeper reflection about this subject and its implications in the school context, we point the necessity to move to an effective practice, contributing to a rethink of pedagogical making, accomplishing a work plan that promotes in fact, the improvement of the educative process, reflecting in a more significant and qualitative learning to our pupil.

Word-key: Instituciona evaluation. School Evaluation. Teach-learning process.

INTRODUÇÃO

O Processo de Auto-Avaliação Institucional, implantado pela atual gestão do Estado do Paraná, (2005) tem como objetivo visionar em toda a rede estadual pública a real efetividade do processo ensino-aprendizagem, fundamentando o direcionamento de políticas educacionais, possibilitando a participação e envolvimento de todos na construção da cidadania, configurando-se numa gestão democrática, comprometida e responsável.

Com a finalidade de ressaltar através deste trabalho, o papel fundamental da avaliação institucional e a sua necessária articulação com as práticas desenvolvidas no interior da escola, é que buscamos oferecer alguns aspectos provocativos e relevantes para um repensar coletivo de todos os envolvidos no processo educativo, e que visam um ensino de qualidade, significativo, pautado em valores éticos, políticos e sociais, respeitando-se a diversidade, demonstrando um compromisso responsável nas ações direcionadas ao sucesso do aluno.

É necessário apontarmos alguns questionamentos acerca desta temática e sua importância dentro do processo educativo, ampliando conceitos e concepções difundidas no ambiente escolar.

Por que devemos refletir sobre a avaliação? Quais os tipos de avaliação discutidos pelos autores apresentados neste contexto?

A reflexão sobre a avaliação é fundamental para que?

Qual a diferença entre a avaliação escolar e a avaliação institucional?

Um repensar de práticas avaliativas utilizadas atualmente e sua repercussão nos resultados obtidos.

Nesse contexto, é pertinente a reflexão que aponta para a contradição existente entre o discurso e a prática?

Vencer a distância entre o que falamos e o que realmente fazemos em relação à avaliação, contribui para a efetivação de um processo ensino-aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

A NECESSÁRIA REFLEXÃO SOBRE A AVALIAÇÃO

Entendemos que a avaliação é fundamental no nosso cotidiano, pois, avaliamos tudo e a todos ao nosso redor, emitindo sempre pareceres favoráveis e muitas vezes desfavoráveis. Assim, também em relação à escola, onde a avaliação é compreendida como parte da construção do conhecimento, acompanha o trabalho pedagógico, permitindo intervenções e apoios necessários que redirecionam o trabalho desenvolvido, bem como, a elaboração do planejamento e novas estratégias para melhoria da aprendizagem.

Assim, precisamos conhecer o nosso aluno, a sua história de vida, suas facilidades e dificuldades, buscando alternativas para que atinja o sucesso esperado, transformando a realidade onde vive.

Também em relação à avaliação institucional, precisamos conhecer melhor seu processo, a sua história, pois é muito recente, gera polêmicas e controvérsias, envolvendo todos que fazem parte da instituição escolar e comunidade ao seu entorno.

A avaliação constitui-se parte do processo educativo, complexando-se cada vez mais, considerando que as metodologias e instrumentos utilizados carecem de renovações e mudanças, exigindo também uma nova postura tanto por parte da escola como do profissional que atua em sala de aula, e numa chamada gestão democrática, é imprescindível essa reflexão coletiva, para que novas diretrizes sejam estabelecidas em função da realidade e necessidade do espaço escolar/institucional, garantindo aprendizagem de qualidade a todos os alunos.

Nos diferentes tipos de avaliação, percebemos as diferentes concepções, conforme seus autores, por isso, é necessário estarmos atentos e compreendermos quais delas permeiam nossa ação educativa, e se realmente estamos conseguindo melhora nos resultados alcançados no processo ensino –aprendizagem.

Luckesi (2005), refere-se à avaliação como "um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Em seus trabalhos, delata veemente a função exercida pela avaliação de classificar e não de diagnosticar, como propõe.

Na função diagnóstica, a avaliação **constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia**(Luckesi,2005). Através da avaliação diagnóstica, novos caminhos serão reconhecidos e trilhados, permitindo avanço significativo do aluno.

Jussara Hoffmann(1994), propõe a avaliação mediadora. Preocupada com os rumos da educação, aponta para novos caminhos que podem ser tomadas na ação educativa, visando eliminar a prática classificatória da avaliação, usada como um instrumento que seleciona e classifica, mantendo uma escola que serve a poucos e não a todos os alunos como deveria .

Para ela, a avaliação mediadora

(..)desenvolve-se em benefício do educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado... Pela curiosidade de conhecer a quem educa e conhecendo, a descoberta de si próprio. Conhecimento das possibilidades dos educandos de contínuo vir a ser, desde que lhes sejam oferecidas oportunidades de viver muitas e desafiadoras situações de vida, desde que se confie neles durante os desafios que lhes oportunizamos. Posturas de avaliação? Posturas de vida! (HOFMANN, 1994)

Dentro dessa perspectiva, a avaliação mediadora, procura conhecer o aluno e seu processo educativo, não somente pra compreendê-lo, mas para que possa oferecer ações de possibilidades a seu favor, ações que permitam desencadeamento de situações-problemas, oportunizando ao aluno, participação mais ativa do processo educativo, discutindo e trocando idéias com colegas, buscando argumentos que convençam, levando-o a vários rumos até chegar a solução das propostas.

É importante o acompanhamento individual do aluno, observando-o em todos os momentos, investigando na sua caminhada os avanços e dificuldades, valorizando e respeitando suas idéias e opiniões a cada tarefa executada, tornando-o mais confiante, disposto a enfrentar os obstáculos, superando seus limites.

Segundo Sant'Anna(1999),

a avaliação assume algumas funções: a diagnóstica, que determina a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, a formativa, presente no decorrer das atividades escolares e a somativa, também chamada classificatória, que seleciona os alunos ao final de cada unidade, semestre ou ano letivo (Sant'Anna, 1999).

A autora destaca a importância da avaliação diagnóstica, como um meio de sondar e acompanhar o aluno, necessária principalmente nas séries iniciais, considerando o aluno como sujeito.

Em relação à avaliação formativa e somativa citada por Sant'Anna(1999), percebemos que ambas fazem parte do contexto escolar, a formativa, está presente também na nossa LDB, tem um papel parecido à avaliação diagnóstica, ocorre sempre que o docente considerar procedente no processo ensino-aprendizagem, perceber os avanços e dificuldades do aluno, possibilitando que redirecione o trabalho, atingindo os objetivos propostos. A avaliação somativa ocorre no final de uma etapa, ciclo ou ano, objetivando aferir resultados.

Zabala(1998), prefere chamar de “avaliação reguladora”, e não formativa como outros autores, apontando que as atividades desenvolvidas são de acordo com as necessidades de cada aluno, adequando-se com as diversas variáveis.

Para ele, “o conhecimento de como o aluno aprende ao longo do processo de ensino-aprendizagem, para se adaptar às novas necessidades que se colocam, é o que podemos denominar **avaliação reguladora**.”

Essa avaliação deve ser freqüente no decorrer do processo educativo, oportunizando uma tomada de decisão constante, onde se verifica a necessidade de mudar ou continuar com as estratégias já desenvolvidas.

A avaliação somativa, também chamada de “sumativa”, por Scieven (1967), representando o “sumário” e não a “, é o resumo, a síntese das diversas atividades avaliativas realizadas no decorrer do processo educativo. O termo “somativa” é utilizada por ser a forma propagada entre os autores brasileiros, visa medir e avaliar os objetivos atingidos pelo aluno, compreendendo o processo em sua fase final(resultados).

Considerando as diferentes concepções de avaliação, bem como

seus autores, sentimos a necessidade de possibilitar um repensar sobre os vários caminhos apontados por diferentes autores, onde verificamos que em alguns momentos se aproximam e em outro se distanciam, conforme a situação, pois, a avaliação diagnóstica, exige maior conhecimento e acompanhamento do aluno, também a avaliação mediadora, possibilitando as intervenções necessárias, redirecionando as ações.

Pedro Demo(2002), considera que

a avaliação só faz sentido se favorecer a aprendizagem. Todavia, não se realiza aprendizagem qualitativa, sem avaliar. Quando se combate o tom classificatório, [...] pretende-se, no fundo, superar abusos da avaliação, no que estamos todos de acordo, mas não se poderia retirar daí que avaliação, de si, não é fenômeno classificatório. Será mister distinguir acuradamente entre abusos da classificação, de teor repressivo, humilhante e punitivo, e efeitos classificatórios implicados em qualquer processo avaliativo, também quando dito qualitativo (DEMO, 2002).

Vista sob esse enfoque, a avaliação sempre apresenta um sentido classificatório, o que não quer dizer que este sentido leve o aluno a uma situação vexatória, de ser considerado incapaz ou sem condições de progresso, mas, sinaliza que está com uma nota ou atividade desenvolvida, mais ou menos dentro do objetivo proposto para tal, sem carregar o peso de simplesmente separar os bons dos maus, tornando-se pejorativa e punitiva, ultrapassando limites aceitáveis dentro do processo ensino-aprendizagem.

São importantes contribuições que enriquecem nossa reflexão e oferecem suporte para as tomadas de decisões e posturas mais comprometidas com um ensino eficiente de melhor qualidade a todos os alunos, motivando-nos a buscar novos saberes e releituras do que já conhecemos dentro do processo educativo.

UMA RELEITURA CRÍTICA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VIGENTES

A avaliação escolar desde o seu início, carrega um certo sentido de seleção e controle, ainda percebido nas práticas atuais, como uma forma

de perpetuar-se ao longo dos tempos.

Brandalise (2007), denominou de “quatro gerações de avaliação”, os momentos pelos quais a avaliação tomou conceitos diferenciados, como: mensuração e medida na primeira geração, descrição e objetivos, na segunda geração, juízo de valor, na terceira e como processo dialético de interação contínua na quarta geração, caracterizando-se nestes momentos a constante mudança da avaliação, por fazer parte do processo ensino-aprendizagem, também é dinâmica e contínua, sofrendo alterações no decorrer deste processo.

Exigindo para tanto, que esteja: vinculada ao Projeto Pedagógico da escola, atendendo aos objetivos e princípios básicos e ao planejamento educacional, buscando manter entre si, uma relação dialética, onde a avaliação e o planejamento em consonância com o projeto educativo, respondam positivamente aos interesses e necessidades da realidade escolar.

Luckesi (2005), reforça a importância desta relação entre a avaliação e o planejamento, colocando que

enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto. A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar, por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação (LUCKESI, 2005).

Desta forma, a avaliação remete-nos a uma necessária reflexão, requisitando uma releitura das formas empregadas nas práticas escolares, muitas vezes, sem planejamento, elaborada sob o ponto de vista docente, desconsiderando a ação discente.

Desde muito tempo, tem sido vista como a vilã na educação, sendo apontada como a causadora de muito malefícios e prejuízos desde o início da vida escolar até o nível superior, inclusive nos Cursos de Formação

nas diferentes áreas, servindo tão somente para decidir pela aprovação ou reprovação.

A necessidade de se repensar em práticas avaliativas que estejam integradas com todo o trabalho educativo desenvolvido, garantindo de fato que todos os alunos aprendam, faz-se urgente e indispensável, buscando alijar formas tradicionais usualmente aplicadas para classificar, selecionar e carimbar simplesmente aprovado ou reprovado, submetendo muitas vezes o aluno a situações desagradáveis e complexas que revertem-se em sentimentos negativos e traumáticos que carrega por toda a vida.

Uma situação até vexatória para o aluno, como um peso que poderia ser evitado, se outras formas avaliativas, fossem utilizadas, considerando-se mais a questão do planejamento como a base e diretriz para saber realmente se o aluno está conseguindo compreender o conteúdo trabalhado ou não e que estratégias e metodologias buscar para levá-lo a avançar e progredir.

Daí a importância do acompanhamento em todo o processo educativo, o qual deve estar centrado na formação do aluno, respeitando o seu ritmo, dificuldades e individualidade.

A Professora Villas Boas(1998), coloca que

muito se tem escrito sobre os problemas da avaliação na escola básica brasileira. Um número razoável de pesquisas, realizadas dentro de escolas, aponta a necessidade de se repensarem as práticas avaliativas, com vistas a se integrarem ao trabalho pedagógico que assegure a aprendizagem de todos os alunos. O “que fazer” e o “como fazer” são questões a serem resolvidas por quem desenvolve esse trabalho (BOAS, 1998).

A ação docente precisa pautar-se no planejamento escolar, como parte integrante do projeto da escola, buscando abolir práticas que visem somente a classificação e seleção dos alunos, enunciadas por autores como Hoffmann(1995-1994), Luckesi(2005), Vasconcellos(2005), Zabala(1998), entre outros, destacando a necessidade de mudança, onde o coletivo escolar procure envolver-se de forma mais responsável e compromissada, visando a

transformação do modelo que tanto criticamos, mas, pouco ou quase nada fazemos para melhorar.

Observamos que apesar de muito se falar, pouco ou quase nada muda, pois, continuamos com os problemas antigos em novas embalagens: baixo desempenho de nossos alunos, notas baixas, faltas excessivas, desinteresse, baixa auto-estima, os pais quase não participam da vida escolar dos filhos, precisam trabalhar e não sobra tempo para comparecerem na escola ou até ligarem para saberem como vão indo, mesmo os que apresentam algum tipo de problema, acaba sendo da responsabilidade da própria escola buscar resolvê-los da melhor maneira possível.

Percebendo essa forte propagação no cotidiano da ação docente, vemos a necessidade de se oportunizar momentos de estudos, leituras e reflexões acerca da avaliação, formas e instrumentos utilizados em sala de aula, configurando-se em uma formação continuada para os docentes, visando ampliar e propagar transformações que atendam às exigências da atual realidade educacional brasileira.

Para Zabala(1998), “a avaliação é considerada como um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos (ZABALA, 1998) “.

Reforçando o papel da avaliação no sentido de seleção, classificação e reprodução de desigualdades, desconsiderando muitas vezes o contexto do aluno e suas especificidades como costumes, crenças, cultura e condição sócio-econômica.

Vasconcellos (2005), também nos aponta que a avaliação usada como forma de controle e seleção, perde o sentido dentro do processo educativo, aumentando a distância entre os que são considerados aptos e os que não :

“Do caos ao Cosmo

no princípio era o caos. Um dia, o professor descobriu que podia mandar o aluno para fora da sala de aula, que a instituição cuidava de ameaçá-lo a expulsão. Mais tarde um pouco, descobriu que tinha em mãos uma arma muito mais poderosa: a nota. Começa a usá-la, então, para conseguir a ordem no caos. O caos se fez fez cosmo o maldito cosmos da nota...(VASCONCELLOS, 2005, p.17)”

E é desse poder que o professor lança mão para controlar todo o processo educativo, com vistas a premiar ou punir o aluno, considerando seu comportamento dentro da sala, momentos que interferem na aula e formas dessa interferência, se atrapalhou ou colaborou, gerando tensões conflituosas nos momentos avaliativos, criando um clima desconcertante, onde os nervos ficam à flor da pele, e muitos alunos não conseguem demonstrar seus conhecimentos, mesmo tendo estudado e assimilado os conceitos científicos. Muitas vezes, a avaliação torna-se um instrumento de punição e é utilizada não para os fins a que se destina mas, para descontar nota dos que tumultuaram as aulas, deixaram de entregar trabalhos, não prestaram atenção nas explicações e outras situações que são manifestadas. Dessa forma, a avaliação fica prejudicada e não atinge os objetivos fundamentais de um processo avaliativo importante para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A contradição expressa entre as finalidades de um processo avaliativo coerente e adequado que forneça elementos significativos para a análise dos avanços das dificuldades e das lacunas percebidas no processo ensino-aprendizagem e as distorções percebidas em função do desvirtuamento das reais funções da avaliação formativa e diagnóstica e, ainda em muitos casos a desconsideração e a banalização dos resultados da avaliação institucional, configuram-se como elementos fundamentais a serem refletidos coletivamente no contexto escolar, com a finalidade de repensar a sua importância e significado na formação do aluno e na melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação em todas as suas interfaces constitui-se como um processo pedagógico central e importante para o cumprimento da tarefa essencial do sistema escolar e dos seus profissionais que é o de favorecer o acesso aos conteúdos escolares de qualidade para todos os alunos.

Considerando as finalidades do processo avaliativo e o seu desvirtuamento em relação a uma concepção coerente que o fundamente, nos questionamos: de que forma a Avaliação Institucional e a avaliação do processo ensino-aprendizagem podem constituir-se como instrumentos para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem? A favor de quem? Do aluno, do professor, da escola, do sistema ou dos pais? Às vezes, até pode ser em favor do aluno, no sentido de atender a exigência do sistema que cobra maior eficiência, fazendo com que o professor trabalhe somente aqueles conteúdos elementares e sem muito significado, para não exigir tanto na prova e o aluno não precisar esforçar-se muito, pois assim pode conseguir uma nota próxima ou dentro da média pelo menos.

Para Vasconcellos(2005),

“a avaliação, acaba desempenhando, na prática, um papel mais político do que pedagógico, ou seja, não é usada como recurso metodológico de reorientação do processo de ensino-aprendizagem, mas, sim como instrumento de poder, **de controle** (grifo do autor), tanto por parte do sistema social, como pela escola, pelo professor, quanto pelos próprios pais (VASCONCELLOS, 2005).

A escola, exige boas notas, buscando elevar o índice quantitativo, muitas vezes sem esse olhar voltado à si mesma e ao seu coletivo, precisando de um tempo adequado para um repensar, refletindo sobre as práticas desenvolvidas por todos os profissionais que nela atuam, avaliando se os objetivos propostos estão sendo alcançados e que estratégias têm sido mais eficazes nesta caminhada, se está atendendo ao objetivo proposto realmente. Sendo assim, a Avaliação Institucional e a avaliação do processo ensino-aprendizagem devem constituir-se em instrumentos que efetivem de fato uma melhoria do processo ensino-aprendizagem.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIFERENTES OLHARES

A avaliação institucional nesse contexto, refere-se à instituída pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná(SEED-PR), em 2005, com o objetivo de diagnosticar a realidade educacional paranaense, oportunizando uma reflexão coletiva, auxiliando a todos a somarem esforços para que

realmente se efetive um maior compromisso com o trabalho na escola e com o processo ensino-aprendizagem dos alunos.

É um instrumento modelo para todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná, por duas razões principais: a efetividade do processo ensino-aprendizagem e a necessidade de se manter a visão de totalidade, estabelecendo assim, uma diretriz para as políticas educacionais.

Através deste processo busca-se “olhar” a escola internamente, mobilizando os diferentes segmentos do coletivo escolar para refletirem suas ações e intenções, produzindo no coletivo um novo fazer pedagógico, possibilitando uma forma de gestão democrática, comprometida com a construção da cidadania e da transformação social.

Muito tem-se falado acerca da necessidade de melhoria da qualidade do ensino na escola pública, e não há como pensar em avanços sem um olhar avaliativo sobre a instituição responsável pela concretização do processo ensino-aprendizagem. Em se tratando do processo ensino-aprendizagem, há que se considerar as diversas dimensões que nele interferem: Órgãos Colegiados de estão, Profissionais da Educação, Condições Físicas e Materiais, Prática Pedagógica, Ambiente Educativo, acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento Educacional. Portanto, o foco da avaliação que antes estava centrado apenas no rendimento educacional, passa a ser ampliado para uma visão global do “fazer escolar (CADERNOS PEDAGÓGICOS/ SEED, 2004)

A construção da avaliação institucional deve envolver todo o coletivo escolar , captando qualidades e fragilidades das instituições e do sistema, embasando as políticas educacionais comprometidas com a transformação social e o aprimoramento da gestão escolar e da educação pública oferecida na Rede Estadual , legitimando de fato esse processo, através desta participação coletiva tanto no planejamento como na execução da proposta, estando atrelada ao projeto político pedagógico consolidado na escola .(LIBÂNEO, 2001)

A avaliação era mais conhecida nas atividades e práticas escolares, e, especificamente dentro da sala de aula, em relação à aprendizagem dos alunos. Por conta desta nova era da sociedade moderna e da globalização das relações educacionais e econômicas, a avaliação, começou a destacar-se não só referente ao ensino-aprendizagem, mas, de forma mais ampla, abrangendo os sistemas de ensino, sua estrutura e o próprio coletivo das

escolas. (LIBÂNEO, 2001).

O grande avanço das informações por meio da globalização e altas tecnologias, fazem com que os investimentos tornem-se diretriz deste avanço, exigindo um planejamento educacional com políticas eficientes que atendam as demandas de mercado, conforme a produção e consumo. Assim, é importante que tenhamos claro a diferença entre a avaliação escolar, realizada dentro da sala de aula e a avaliação dos sistemas educacionais e conjunto das escolas.

Conforme Casassus, (1997), afirma que embora sejam os alunos a responderem provas e questionários, na realidade não são eles os avaliados e sim o sistema por meio de suas respostas. E os estudos deveriam voltar-se então ao sistema no qual esses alunos estão inseridos e não aos alunos.

Na avaliação dos sistemas, objetiva-se, ter uma visão abrangente de toda a rede escolar, seja a nível nacional ou regional, buscando-se redirecionar as políticas educacionais, como as escolas e o sistema são geridos.

Na avaliação realizada pelos professores em sala de aula, além de avaliarem a aprendizagem de seus alunos, também são avaliados por eles, através do trabalho realizado em sala. E as duas formas de avaliação estão articuladas entre si, de modo que os resultados da avaliação de sistema feita a nível nacional ou regional pode e deve ser utilizada pelo professor e pela escola para redirecionar seu trabalho, bem como, os sistemas também utilizam-no para redirecionar o planejamento, implementando novas políticas de ensino, considerando o contexto de cada realidade escolar e das várias regiões.

Para Libâneo(2001), a avaliação do sistema escolar e das escolas, através da avaliação externa e/ou interna das instituições, se desdobra em duas modalidades: a avaliação institucional (ou administrativa ou ainda, organizacional) e a avaliação acadêmica ou científica (denominada no Brasil de Exame Nacional ou avaliação de resultados).

A avaliação institucional é da responsabilidade dos setores organizacionais e gestão dos sistemas de ensino. Visa coletar dados quantitativos e qualitativos do coletivo escolar: alunos, professores, a estrutura organizacional, os recursos físicos e materiais, as práticas de gestão, a produtividade do ensino, visando exprimir parecer valorativo sobre a instituição e seu desenvolvimento. Já a avaliação acadêmica, ou científica,

objetiva dados quantitativos da aprendizagem através do acompanhamento das políticas da rede escolar e das escolas, preocupando-se em estabelecer índices qualitativos do processo educativo. (LIBÂNEO, 2001).

A avaliação institucional, compreendida como um processo permanente, deverá assumir características peculiares, conforme o contexto real, definindo também o tipo de avaliação contemplada no projeto político pedagógico da escola. A partir desta realidade é que o planejamento da avaliação institucional vai sendo elaborado, considerando a finalidade, os propósitos da escola, a reflexão e tomada de decisão coletiva, responsabilizando a comunidade escolar com os rumos a serem tomados na escola.

Segundo Gadotti(2000)

a avaliação institucional não mais é vista como um instrumento de controle burocrático e centralizador, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, como condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização. Mesmo assim, ela encontra resistências e não se constitui numa prática constante. Por isso, deve ser mais instituída até tornar-se uma demanda explícita das escolas (GADOTTI, 2000).

No Paraná foi implantado o Programa de Avaliação Institucional da Educação Básica, no período de 2004-2006, abrindo-se espaços para discussões e debates para a construção desse Programa de forma coletiva, buscando um referencial teórico consistente, através de oficinas regionalizadas, envolvendo a todos os profissionais da Educação Básica na rede Pública Estadual. As primeiras atividades iniciaram em abril de 2004, envolvendo a SEED e seus dirigentes, a FUNDEPAR, Núcleos Regionais de Educação e chefias, para uma discussão da proposta de Avaliação Institucional e sua concepção, portanto:

(...) a avaliação institucional começa muito antes que esteja pronto o seu desenho, que estejam elaborados os seus instrumentos e se levantem os primeiros dados da realidade a ser avaliada. Ela principia pela decisão da instituição, não importa que no começo seja somente através de um grupo pequeno, em geral da administração superior (...) o mais importante é que aos poucos uma parcela considerável da comunidade (...)

assuma esse empreendimento como essencial à melhoria da instituição (DIAS SOBRINHO, Apud CADERNOS PEDAGÓGICOS/ SEED, 2004, p.11).

Sendo o objetivo da avaliação educacional a melhoria da qualidade de ensino e do rendimento escolar, cabe ao governo prover meios que interfiram e acompanhem o rendimento escolar, estabelecendo padrões de desempenho a nível nacional. Mas, o que se percebe é que a ênfase é nos resultados e não nos processos que levam a uma melhor qualidade, levando tais resultados a uma competição de “ranking” entre escolas, reduzindo a avaliação interna e externa a mera prestadora de controles através dos testes padronizados, atendendo aos interesses financeiros de investimento na educação buscando alinhá-la às demandas tecnológicas, que exigem uma educação de qualidade.(LIBÂNEO,2001).

Para Libâneo(2001), os impactos da revolução tecnológica no campo da educação podem e devem ser absorvidos de modo a gerar perspectivas democráticas de construção de uma sociedade moderna, justa e solidária. Onde é preciso dotar os sujeitos de competências e habilidades para participação na vida social, econômica e cultural, contribuindo não para uma nova forma de divisão e sim, para a construção de uma sociedade democrática na forma e no conteúdo (Cf. Oliveira e Libâneo, 1998).

Deste modo, o Programa de Avaliação Institucional cumprirá seu objetivo, constatando os pontos que favorecem e dificultam o processo democrático e a qualificação do sistema e das instituições educacionais na Rede Pública de Ensino, objetivando a correção de caminhos tomados, redirecionando-os, firmando compromissos que levem à melhoria e avanço da Educação Básica do Estado do Paraná e conseqüentemente do Brasil, garantindo de fato aprendizagem de qualidade a todos os alunos, sob diferentes olhares.

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DO DISCURSO A UMA PRÁTICA EFETIVA

Refletindo sobre a avaliação educacional e suas fragilidades, verificamos que muitos aspectos devem ser considerados para que possamos

avançar um pouco mais nos resultados alcançados até o momento e nos resultados que tanto almejamos alcançar de forma satisfatória, efetivando realmente uma educação de qualidade para todos, com diretrizes, e recursos públicos que atendam a esta demanda necessária e indispensável para a melhoria do processo educativo.

Ao analisarmos os intervenientes da avaliação educacional, verificamos indiscutivelmente, que um dos fatores determinantes dos rumos educacionais é o econômico, haja visto, que os resultados das avaliações tanto internas quanto externas refletem que tipo de recursos foram destinados, a forma como foram aplicados e os índices alcançados com os esse recursos. Muitos critérios são estabelecidos em função do objetivo que deseja atingir, privilegiando mais os aspectos quantitativos do que os qualitativos ou pedagógicos.

Apesar de ser notória a situação em muitas instituições escolares, através de diagnósticos realizados, os recursos aplicados e destinados não atendem às necessidades e problemas apresentados, deixando-se de efetivar as mudanças educativas necessárias.

Parte integrante e fundamental do processo educativo, a avaliação requisita hoje mais do que nunca uma nova concepção, tanto por parte da escola como do profissional que atua em sala de aula, metodologias e instrumentos diferenciados que atendam a essas novas exigências, adequando-se conforme a realidade e necessidade do contexto escolar/institucional, garantindo de fato aprendizagem de qualidade a todos os alunos.

Para Libâneo (2001), é fundamental que se considere os aspectos internos do processo educativo, seja a avaliação interna ou externa, sem reduzir simplesmente esse processo avaliativo a um resultado final, pois existem os interferentes materiais, físicos, financeiros, conteúdos trabalhados, práticas e as condições salariais docentes. Segundo ele:

(...) o que os educadores devem recusar é o tipo de avaliação em que predomine a justificativa econômica, controladora, reestruturadora, da educação escolar visando exclusivamente os vínculos com com o mercado, a competitividade entre escolas e entre os alunos, a estreita preparação/qualificação para o mercado de trabalho. É preciso recusarmos a noção de aluno-cliente e continuarmos apostando no papel da escola na formação integral dos alunos (cognitiva, afetiva, física, moral, estética) e a avaliação dessa formação não pode ser aferida pela avaliação do sistema de ensino de cunho economicista pautada nos resultados (LIBÂNEO, 2001).

Dessa forma, a avaliação educacional vinculada ao tipo de gestão desenvolvida, ao projeto escolar e também ao currículo da escola, poderá apresentar resultados mais animadores, pois, são interferentes no processo ensino-aprendizagem e também formas e estratégias que bem articulados contribuem com índices favoráveis e satisfatórios do aproveitamento discente, sendo, seu objetivo principal a melhora do processo ensino-aprendizagem e sua qualidade.

Residindo nesse sentido a importância da avaliação educacional orientada pelas esferas governamentais, pois, favorece a padronização dos índices desejados, facilitando a aplicação dos recursos necessários, oportunizando o acompanhamento do rendimento escolar.

O pesquisador francês Vergnaud(2008), aponta que

a questão principal é que a Educação das crianças e a formação dos adultos são considerada custo, e não investimento. São os homens que produzem coisas novas, não é o capital. Só que ainda não sabemos calcular que retorno a formação dá sobre esse investimento. É primordial, ainda que seja necessário ter consciência de que não existem milagres, que ninguém vai conseguir eliminar todos os problemas de um dia para outro. Mas, se podemos dar ao professor os meios de conhecer melhor seu trabalho, os limites de sua ação, os obstáculos que vão encontrar e as formas de controlar a evolução das turmas, é absurdo não fazer isso. Eu gosto de uma metáfora da aviação: se não tenho os instrumentos para pilotar, me falta algo essencial para atingir meus objetivos (VERGNAUD, 2008)

Obviamente que com esta citação não queremos fazer comparações com outros contextos como o da França, que segundo o pesquisador, apresenta problemas semelhantes, mas, em proporções bem menores porque se investe muito além de outros fatores que na nossa atual realidade ainda está bem distante, apesar das cobranças e exigências acerca de bons resultados, pouco se investe e muitas vezes sem um controle e planejamento eficiente que atenda as reais necessidades da nossa educação brasileira.

Assim ocorre com os resultados da avaliação, seja interna ou externa, pois, há a necessidade de se trabalhar em cima desses dados, apurando não só a quantidade de erros ou notas baixas, mas, a qualidade das

respostas alcançadas, os motivos e que estratégias utilizar para superar essas adversidades.

Ressaltando-se que essas avaliações devem estar direcionadas justamente para esse levantamento de dados permitindo um repensar coletivo dos resultados obtidos, expandindo comprometimento e responsabilidade de todos na garantia de um ensino eficiente e de qualidade para todos os alunos com as mesmas condições e possibilidades, fazendo com que o acesso seja facilitado e a permanência com sucesso.

Considerando as reflexões e as análises explicitadas até o momento, o que nos chama a atenção é que algo precisa ser feito, o que não podemos é continuar discursando sobre a educação e em específico a avaliação seja escolar ou institucional, se nada fizermos para mudar, se não buscarmos contribuir de alguma forma para um repensar coletivo, levando a uma mudança também coletiva da prática escolar, que busque avanços mais significativos, transformando de fato o quadro atual do desempenho escolar para melhor, com resultados acima dos índices alcançados até o momento.

Consideramos portanto, a necessidade de mudança nas práticas desenvolvidas que levem a essa transformação do discurso a uma prática efetiva, garantindo a todos os alunos aprendizagem, permanência e sucesso na escola.

Vasconcellos (2005, p.60 a 102), diz que “novas idéias abrem possibilidades de mudanças, mas não mudam. O que muda a realidade é a prática”. Para isso, é fundamental que um novo olhar se amplie diante dos profissionais da educação para que percebam a importância de refletirem sobre a forma de trabalho desenvolvida até momento, deixando o discurso de lado e partindo realmente para a ação.

É importante lembrarmos que se o discurso solucionasse todos os nossos problemas, não estaríamos agora tão preocupados com os altos índices de notas baixas, alunos retidos, evadidos e com as dificuldades decorrentes das fragilidades do sistema avaliativo utilizado.

Entendemos que mudar para uma prática efetiva, requer do docente, mudança também de postura, e que precisa ser repensada e analisada atentamente, uma vez que depende de si próprio, segundo Vasconcellos (2005, p.68):

O educador deve rever sua prática pedagógica, pois a origem de muitos problemas de sala de aula encontra-se aqui. Deve procura desenvolver um **conteúdo mais significativo** e uma **metodologia mais participativa**, de tal forma que diminua a necessidade de recorrer à nota como instrumento de coerção. Enquanto o professor não mudar a forma de trabalhar em sala de aula, dificilmente conseguirá mudar a prática de avaliação formal, decorativa, autoritária, repetitiva, sem sentido (Vasconvellos, 2005, p..68).

Ainda conforme esse mesmo autor, a avaliação não pode ser direcionada somente ao aluno, deixando o restante que compõe o ambiente escolar de lado, como se só o aluno precisasse ser avaliado, e os demais integrantes ficando "acima de qualquer suspeita".

É de fundamental importância que a avaliação estenda-se ao coletivo e á própria instituição escolar, uma vez que se deseja realmente sanar as dificuldades por ora enfrentadas.

Para tanto, as mudanças almeçadas no contexto avaliativo devem atingir também o sistema como um todo, a instituição e todos os componentes, desde a estrutura até a comunidade em seu entorno. Necessitando de políticas públicas urgentes que direcionem e efetivem tais mudanças com maior responsabilidade e compromisso de garantir de fato melhoria na qualidade e eficiência do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação institucional permite além do conhecimento sobre a própria instituição, que também seja analisada sua estrutura, trabalho desenvolvido, projetos, provocando as mudanças necessárias.

Segundo Dias Sobrinho (2003), " a avaliação é necessária, deve ser multiforme, articulada com um conjunto de ações na busca da qualidade e deve ser um "processo formativo", reforçando a importância deste processo avaliativo institucional estar contribuindo com a melhoria da qualidade do ensino e serviços desenvolvidos pelas escolas e demais instituições, buscando as causas e meios de se alcançar os resultados desejado, conquistando também maior autonomia.

Ainda conforme esse mesmo autor

(...)as instituições educativas têm a responsabilidade socialmente atribuída da formação para a cidadania e o exercício consciente da democracia. É verdade que isso requer também uma forte formação técnica e profissional. Entretanto, a competência técnica e profissional deve ser avaliada não isoladamente, como se tivesse valor em si mesma, porém enquanto parte de uma dimensão mais ampla e ao mesmo tempo fundamental, que é a competência humana, isto é, do homem como ser social sujeito da história (SOBRINHO, 2003).

Exigindo portanto, que a avaliação institucional seja pensada, planejada e organizada, de acordo com a realidade institucional, considerando-se os objetivos a serem atingidos.

Entendemos portanto, que a avaliação institucional como instrumento de melhoria no processo ensino-aprendizagem: do discurso para uma prática efetiva, se tornará uma realidade se houver por parte de todos os envolvidos um maior engajamento e compromisso de mudança, enfrentamento reflexivo das diferentes concepções e tendências, definindo que aluno queremos formar e que metodologias e instrumentos utilizaremos para alcançarmos este objetivo, é o grande desafio que precisamos enfrentar.

CONCLUSÃO

Considerando a complexidade desta temática e a polêmica que gera nos ambientes escolares, procuramos proporcionar novas possibilidades de reflexões, uma vez que depende ao mesmo tempo da postura profissional docente e também dos demais responsáveis envolvidos, para que tenhamos mudanças mais profundas que realmente atinjam o objetivo almejado que é a melhoria da qualidade do ensino oferecido e sua efetividade.

Significa o esforço coletivo de todos que atuam no processo ensino-aprendizagem e visam preparar o aluno integralmente dando-lhe condições de enfrentar e atuar na sociedade, buscando transformá-la.

E somente teremos essa melhoria tão desejada se cada um dos participantes preocupar-se em direcionar sua ação educativa para a mudança, transformando-a realmente, deixando então de agir de forma irrefletida e incon

ciente. Pois, a ação de cada um deixa marcas profundas, muitas vezes positivas, mas também negativas, as quais devemos evitar, uma vez, que trabalhamos com e na formação de alunos cidadãos, que possam exercer plenamente seu papel na sociedade, levando em conta seus valores, história de vida e individualidade.

Compreendendo que a avaliação tanto escolar como a institucional são fundamentais para o processo ensino–aprendizagem, devem ser vistas como um segmento da proposta pedagógica que subsidia a construção do conhecimento, acompanha a ação pedagógica, norteia o planejamento, indicando caminhos de sucesso e superação de dificuldades no ensino e na aprendizagem.

A avaliação institucional deve constituir-se como um instrumento valioso a serviço dos interesses escolares, contribuindo de fato para que o processo ensino-aprendizagem avance e tenhamos resultados mais satisfatórios, com atividades avaliativas transformadoras, diminuindo a distância entre o discurso e a prática, ousando firmar práticas avaliativas mais significativas levando nosso aluno a desenvolver-se em todas as dimensões humanas, contribuindo com a formação de um cidadão consciente de seus direitos.

REFERÊNCIAS

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Planejamento da avaliação escolar**. São Paulo: UNICAMP/Proposições, 1998.

BRANDALISE, M. Â.T. **Avaliação institucional e qualidade na escola**. São Paulo: PUC, 2007.

DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas**. Editora Autores Associados: São Paulo, 2002

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio**. Uma perspectiva construcionista. Por to Alegre: Educação e Realidade, 1995.

_____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-es-**

cola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994.

SANT'ANNA, I. Martins. **Por que avaliar?** Como avaliar? Critérios e instrumentos. 5.ªed. Petrópolis:Vozes, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem:** estudos e proposições. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, T. Al. de. et al. Avaliação institucional. **Cadernos temáticos:** avaliação institucional. Curitiba: SEED- Pr.,2004.

PARANÁ,. **Avaliação institucional da educação básica no Paraná:** processo de auto-avaliação – escola/Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Coordenação de Estudos e Pesquisas Educacionais. Curitiba: SEED –Pr.,2005.

REVISTA NOVA ESCOLA, **Fala mestre.**São Paulo:Fundação Victor Civita,n. 215, setembro,2008.

_____ **Discursos vazios.**São Paulo: Fundação Victor Civita,n.218,dezembro, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. dos. Avaliação: concepção dialética- libertadora do processo de avaliação escolar. 15 ed. São Paulo: Libertad, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre:ArtMed ,1998.